

Câmara Municipal de Vereadores de Glória do Goitá



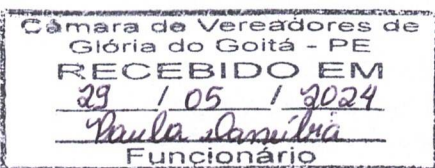
APROVADO POR
UNANIMIDADE DE VOTOS

Casa José Correia de Oliveira

EM: 07/06/2024

Alberto Petrucio B. da Silva
Asst. Legislativo - Port. 017/2016

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 008/2024.



EMENTA: "Regulamenta e disciplina a segurança nas instituições bancárias na cidade de Glória do Goitá/PE e dá outras providências".

O Vereador **JOSÉ KAIO FELIPE NERY**, no uso de suas atribuições legais, submete à deliberação do Plenário, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Esta Lei estabelece as normas gerais de segurança a serem adotadas pelas instituições financeiras e afins sediadas no município de Glória do Goitá, independentemente da denominação que cada instituição determine às suas unidades de prestação de serviço, onde haja, simultaneamente, atendimento ao público e guarda ou movimentação de numerário de terceiros, inclusive em salas de autoatendimento contíguas.

Art. 2º - As instituições financeiras e bancárias estabelecidas neste município ficam obrigadas a instalar, além dos equipamentos de segurança de que disponham, os seguintes dispositivos:

I - Portas de segurança giratórias e individualizadas em todos os acessos providos ao público, com travamento e retorno automático;

II- Vidros e janelas com tratamento antivandalismo ou películas balísticas que mantenham a integridade do mesmo em caso de ataque ou impacto de munição de grosso calibre nas portas de entrada, janelas e fachadas frontais e em toda a parte que separa o autoatendimento da parte interior da agência;

III - Uso de PGDM - portas giratórias com detector de metais com vidros com tratamento antivandalismo;

IV - Equipamento para guarda de objetos metálicos de clientes, antes da porta com detector de metais, nos acessos destinados ao público;

V - Circuito interno de televisão nas entradas e saídas da instituição e também em lugares estratégicos onde se possa ver o funcionamento das agências e postos de serviço da instituição financeira, como também o sistema completo de câmeras, filmadoras e registro fotográfico em todas as agências bancárias, instalados no interior da agência, na área de autoatendimento e na parte externa da agência bancária.

Parágrafo único. As imagens gravadas pelas câmeras de monitoramento, referidas no inciso "V" deste artigo, deverão ser mantidas em arquivo pelo prazo de 90 (noventa) dias e colocadas à disposição do Poder Público, especialmente das autoridades policiais, sempre que solicitadas no prazo máximo de 06 (seis) meses.

Art. 3º - O exercício da função de segurança no interior da agência ou posto de serviço da instituição financeira ou bancária, pelo empregado ou terceirizado, não poderá ser cumulado com qualquer outra atividade.



Câmara Municipal de Vereadores de Glória do Goitá

Casa José Correia de Oliveira

§ 1º - Para a execução do trabalho de segurança, a instituição financeira ou bancária deverá exigir da empresa prestadora de serviço de segurança o fornecimento de colete à prova de balas para cada vigilante que estiver no serviço da agência bancária;

§ 2º - O trabalho dos vigilantes será realizado obrigatoriamente por, no mínimo, um trio, durante todo o expediente bancário, tanto no horário de funcionamento interno da agência bancária como também em todo o horário de expediente ao público;

§ 3º - Nas agências que possuem mais de 02 (dois) pavimentos em que se realiza atendimento bancário, será obrigatório o trabalho de, no mínimo, dois vigilantes no pavimento principal sempre havendo um revezamento dos vigilantes da agência;

§ 4º - As agências bancárias deverão conter cabines para o uso dos vigilantes.

Art. 4º - As instituições financeiras terão o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta Lei, para adaptarem-se às suas disposições.

Art. 5º - O não cumprimento das disposições contidas nesta Lei sujeitará a instituição financeira infratora às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com valor duplicado a cada reincidência, cujo valor será revertido ao Município de Glória do Goitá, por meio do setor de tributos;

III - interdição do estabelecimento.

Art. 6º - As agências bancárias e as instituições financeiras, no âmbito do Município de Glória do Goitá, ficam obrigadas a criarem mecanismos que impossibilitem totalmente a visualização daqueles que realizam operações nos caixas de autoatendimento e também daquelas pessoas que aguardam para serem atendidas.

Art. 7º - As instituições financeiras ou bancárias disporão de 90 (noventa dias), contados da data da publicação desta Lei, para se adaptar às exigências por ela instituídas.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 27 de maio de 2024.


JOSÉ KAIO FELIPE NERY.
Vereador/Autor



Câmara Municipal de Vereadores de Glória do Goitá

Casa José Correia de Oliveira

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa instituir, regulamentar e disciplinar no Município de Glória do Goitá, o que deve ser observado por todas as instituições bancárias tendo em vista as necessidades dos munícipes, quando sendo clientes ou usuários de seus serviços, observando o que garante o Código de Defesa do Consumidor, quanto a garantia da segurança, bem como dos trabalhadores dos serviços financeiros.

É notório que sem os itens de segurança e a condição de funcionamento que a lei regra e disciplina, as instituições financeiras tomam-se alvos da ação criminosa devido à fragilidade de operação, especialmente no que diz respeito à preservação da vida, expondo os trabalhadores dos serviços financeiros, seus familiares, clientes e transeuntes das proximidades a risco de morte, traumas, marcas e sequelas, que poderão refletir futuramente sobre a saúde física e mental de quem se torna vítima da violência.

Além de políticas públicas e ações de cidadania e inclusão social, o município tem o dever de investir em segurança pública, o que requer mais atenção e comprometimento dos governos e da sociedade. Da mesma forma, a segurança privada exige melhorias sob a ótica da proteção da vida das pessoas, o bem mais precioso na face da terra.

Portanto, faz-se necessário o estabelecimento de uma política de normas e rotinas de segurança, que valorize a vida e repercuta na geração de empregos e garantia do papel social das instituições financeiras, e assim, a legislação preconize a execução dos demais serviços de maneira segura e responsável, respeitando e preservando a integridade física das pessoas, a continuidade operacional e o patrimônio.

Por todo o exposto, e com a finalidade de aprimorar os métodos de segurança para melhor atender aos usuários, apresento este projeto e conto com o apoio dos meus nobres pares para a sua aprovação.

Gabinete da Presidência, 27 de maio de 2024.

José Kaio Felipe Nery
JOSÉ KAIO FELIPE NERY.
Vereador/Autor